

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)						
Ativo	Nota	31 de dez. de 2025	31 de dez. de 2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31 de dez. de 2025
Circulante		39.127.141,29	38.541.843,65	Circulante		8.474.491,56
Caixa e Equivalentes de Caixa – sem restrição	3	7.173.760,45	8.178.454,66	Fornecedores		201.664,93
Caixa e Equivalentes de Caixa – com restrição	3	6.593.271,46	7.087.831,50	Obrigações Fiscais		124.018,78
Títulos e Valores Mobiliários	4	22.377.858,50	21.766.232,02	Ordenados e Encargos Sociais	7	3.225.258,34
Contas a Receber		523.569,67	424.920,77	Outras Obrigações		13.739,90
Outros Créditos a receber	5	2.458.681,21	1.084.404,70	Recursos de Projetos em Execução	8	4.909.809,61
				Não Circulante		1.386.564,59
Não Circulante		47.991.749,64	45.780.990,85	Contas a Pagar		399.582,56
Realizável a Longo Prazo		66.000,00	85.500,00	Provisão Para Contingências	9	986.982,03
Cações		66.000,00	85.500,00			
Investimentos		172.068,30	1.090.080,00	Patrimônio Líquido	10	77.257.834,78
Imobilizado	6	47.753.681,34	44.605.410,85	Patrimônio Social		73.246.333,87
				Superávit do Período		4.011.500,91
Total do Ativo		87.118.890,93	84.322.834,50	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		87.118.890,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)			
	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Em Reais Totais
Saldos Iniciais em 01 de janeiro de 2024	66.209.314,46	3.143.442,99	69.352.757,45
Incorporação de Resultados	3.143.442,99	(3.143.442,99)	-
Superávit do Período	-	3.893.576,42	3.893.576,42
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2024	69.352.757,45	3.893.576,42	73.246.333,87
Incorporação de Resultados	3.893.576,42	(3.893.576,42)	-
Superávit do Período	-	4.011.500,91	4.011.500,91
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2025	73.246.333,87	4.011.500,91	77.257.834,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)

Nota 1. Estrutura Institucional e Objetivos (Informações Gerais).
O Pão dos Pobres de Santo Antônio ("Entidade") é uma Fundação Diocesana pessoa jurídica de direito privado, sediada em Porto Alegre – RS, sem fins lucrativos, tem como finalidade manter uma entidade beneficente de atendimento socioeducativo integral à criança e ao adolescente empobrecido e em situação de vulnerabilidade pessoal e social, estabelecimentos anexos e outras obras de caridade, na medida de seus recursos. Entre os estabelecimentos anexos, poderá manter a Fundação instituições de ensino primário, secundário e de aprendizagem profissional, abertas à criança e ao adolescente em geral, visando sempre o atendimento socioeducativo. Poderá manter também Escola ou Centro de Pesquisa e Educação Profissional para atuar nos níveis básicos, técnico e tecnológico, cuja oferta de cursos se adequará às demandas sociais, ao mercado de trabalho, ao mundo do trabalho e à legislação pertinente. Foi declarada entidade de utilidade pública nos níveis federal, estadual e municipal. Quanto à imunidade das contribuições sociais, como entidade filantrópica educacional e de assistência social, a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) vem sendo obtida dentro dos critérios estabelecidos pela Lei Complementar 187/2021 e pelo Decreto 11.791/2023. A Entidade realizou processo tempestivo de renovação tombado sob o nº 308796.10446281/2024, junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, em 21/10/2024. Mantém-se a regularidade da certificação CEBAS referente processo nº 235874.0016647/2020, conforme Portaria nº 49/2022, publicada no Diário Oficial da União em 25/05/2022, com validade de 01/01/2021 a 31/12/2024, emitida pelo Ministério da Cidadania, até o desfecho da renovação, quando será substituído. A Entidade mantém também o Registro de OSCIP, conforme Registro nº 114, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de Preparação.
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras (NBC TG 1000 - Pequenas e Médias Empresas) e normas para entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1), aprovadas pelo CFC. Esta base garante a correta representação da posição patrimonial, financeira e o desempenho da entidade. As demonstrações financeiras da O Pão dos Pobres de Santo Antônio, foram aprovadas pela Administração em 06/04/2026.

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa.
Esta descrição refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa (ou Disponibilidades), itens do Ativo Circulante avaliados pelo valor de custo acrescido de rendimentos até o balanço.

2.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.
Os valores baixados como perdas no exercício correspondem a títulos com vencimento até o exercício anterior, sem perspectivas de recebimento e a provisão constituída foi a média de perdas dos últimos três exercícios, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

2.4 Imobilizado.
O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 6. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.5 Apuração do Resultado.
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.6 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
A Entidade revisou os valores contábeis de seus ativos, para apurar se há indicação de perda do valor recuperável, conforme estabelece o CPC 01 (R1). Não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e Bancos	30.414,41	383.537,51
Aplicações Financeiras – sem restrição	7.143.346,04	7.794.917,15
Aplicações Financeiras – com restrição	6.593.271,46	7.087.831,50
	13.767.031,91	15.266.286,16

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Banrisul S.A.	7.957.062,24	8.386.883,89
Banco do Brasil	-	557,84
XP Investimentos	14.117.376,49	12.364.405,09
Caixa Econômica Federal	303.419,77	1.014.385,20
	22.377.858,50	21.766.232,02

Os valores estão aplicados em CDBs que remuneram à taxa de 99% a 110% do CDI, em fundos de investimentos em renda fixa e ações, ambos com liquidez imediata.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Funcionária a Receber	2.199.442,79	-
Aluguéis a Receber	216.550,28	191.104,25
Outros Créditos a Receber	42.688,14	893.300,45
	2.458.681,21	1.084.404,70

DIRETORIA E CONTADOR		PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Ir. Flavio Azevedo – Diretor Geral CPF 578.039.350-87	Jadir Schuartz Costa – Contador CRC-RS 080882-O	O Conselho Fiscal da Fundação Diocesana O Pão dos Pobres de Santo Antônio, Associação Civil de Direito Privado, cumprindo com o disposto no ESTATUTO, conforme Art.21, Item III, examinou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado (Superávit ou Déficit), e demais relatórios contábeis, bem como o relatório anual circunstanciado, referentes aos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2025 e, com base no parecer dos Auditores Independentes datado de 06 de abril de 2026, são de parecer favorável à sua aprovação.	
Ir. Clovis Trezzi – Diretor Administrativo CPF 138.370.360-49		Alfredo Eufrazio Bilo CPF 136.139.870-15	Lucinei José Hanauer CPF 000.822.330-04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Mantenedores de Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da O Pão dos Pobres de Santo Antônio ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da O Pão dos Pobres de Santo Antônio em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para Opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS)			
	Nota	Em Reais Períodos			Em Reais Períodos		
		01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24		01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24	
Receita Operacional Bruta		26.053.689,20	22.271.213,32	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		4.011.500,91	3.893.576,42
Receita de Locação de Bens		3.569.330,01	3.345.714,83	Superávit do Período		4.011.500,91	3.893.576,42
Receitas de Donativos Recebidos		8.150.517,22	9.070.308,86	Ajustado por:			
Receitas de Gratuidades	11	10.085.594,26	8.306.897,01	Depreciação/Amortização		334.950,60	286.951,03
Receitas Taxa Administrativa		1.390.029,73	1.548.292,62	Provisões para Contingências		(172.616,39)	(755.307,67)
Recursos Projetos		2.858.217,98	-	Férias e Encargos a Pagar		269.388,69	278.755,45
				Resultado Ajustado		4.443.223,81	3.703.975,23
Deduções da Receita Bruta		(12.943.812,24)	(8.306.897,01)	(Aumento)/Redução nos Ativos:			
Gratuidades Concedidas	11	(10.085.594,26)	(8.306.897,01)	Contas a Receber		(98.648,90)	(142.097,05)
Gastos com Recursos		(2.858.217,98)	-	Títulos e Valores Mobiliários		(611.626,48)	747.728,34
				Adiantamentos a Terceiros		-	(405.927,22)
				Outros Direitos Realizáveis		(1.354.776,51)	1.646.498,97
Resultado Operacional das Atividades		13.109.876,96	13.964.316,31	Aumento/(Redução) dos Passivos:			
				Fornecedores		(25.302,81)	(185.042,17)
Despesas Gerais e Administrativas		(12.891.300,98)	(12.824.635,04)	Obrigações Fiscais e Tributárias		48.708,87	17.570,54
Despesas Administrativas		(13.484.097,81)	(14.287.080,65)	Obrigações Sociais e Trabalhistas		492.642,85	195.011,02
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		592.796,83	1.462.445,61	Recursos de Convênios		(2.178.021,87)	3.795.312,61
				Outras Obrigações		349.756,18	(9.018,99)
				Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		1.065.955,14	9.364.011,28
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		218.575,98	1.139.681,27	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		918.011,70	(1.089.476,51)
Receitas Financeiras		3.825.644,32	2.757.077,72	Aplicações no Imobilizado		(3.633.845,97)	(2.326.512,32)
Despesas Financeiras		(32.719,39)	(3.182,57)	Baixas do Imobilizado		150.624,88	319.524,47
				Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		(2.565.209,39)	(3.096.464,36)
				Aumento/(Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.499.254,25)	6.267.546,92
Superávit do Período		4.011.500,91	3.893.576,42	No Início do Exercício		15.266.286,16	8.998.739,24
				No Final do Exercício		13.767.031,91	15.266.286,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota 6. Ativo Imobilizado
A composição do ativo imobilizado está demonstrada da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa Média Depreciação	31.12.2025		31.12.2024	
		Valor Residual	Valor Aquisição	Valor Residual	Valor Aquisição
Imóveis	2% a 10%	38.798.448,02	(534.833,20)	38.263.614,82	(534.833,20)
Veículos de Uso	10% e 20%	914.276,82	(585.125,51)	319.151,31	(616.755,29)
Móveis e Utensílios	5% a 33,33%	2.233.467,87	(1.107.101,78)	1.126.366,09	(1.700.749,14)
Computadores e Periféricos	6,67% a 50%	1.090.688,69	(119.195,98)	971.492,71	(820.571,51)
Instalações	10% a 20%	343.040,00	(302.596,32)	40.443,68	(527.590,95)
Máquinas e Equipamentos	10% a 20%	111.581,75	(101.868,17)	9.713,58	(113.288,41)
Imobilizados Em Andamento		6.598.216,02	-	6.598.216,02	-
Outros	5% a 25%	449.493,01	(24.809,88)	424.683,13	(17.408,26)
		50.539.212,18	(2.785.530,84)	47.753.681,34	(4.055.991,09)

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:

	31.12.2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.12.2025
Imóveis	38.263.614,82	-	-	-	-	38.263.614,82
Veículos de Uso	300.977,02	97.521,53	-	-	(79.347,24)	319.151,31
Móveis e Utensílios	759.540,22	407.713,17	-	125.005,56	(165.892,86)	1.126.366,09
Computadores e Periféricos	759.958,83	272.954,80	-	(2.837,62)	(58.583,30)	971.492,71
Instalações	236.064,15	38.400,00	-	(222.950,95)	(11.069,52)	40.443,68
Máquinas e Equipamentos	11.420,24	120.461,28	-	(122.167,94)	-	9.713,58
Imobilizados Em Andamento	4.261.179,51	2.264.710,44	(150.624,88)	222.950,95	-	6.598.216,02
Outros	12.656,06	424.084,75	-	-	(20.057,68)	424.683,13
	44.605.410,85	3.633.845,97	(150.624,88)	-	(334.950,60)	47.753.681,34

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Salários a Pagar	889.342,00	815.031,00
Férias e Encargos a Pagar	1.672.899,39	1.403.510,70
FGTS a Recolher	260.325,13	114.918,98
INSS a Recolher	302.835,58	89.919,43
Outras Obrigações	99.856,24	39.846,69
	3.225.258,34	2.463.226,80

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Projetos FASC	2.870.862,79	2.825.147,21
Fundo de Reconstrução de Bens Lesados*	1.168.585,05	3.762.886,52
Projeto Cidade Escola - SMED	418.939,60	376.956,20
Projetos SASE-FASC	202.775,30	122.841,55
Projeto SULGÁS</		